

Campo Largo, 14 de junho de 2010.

A empresa PARALELAS COMÉRCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA., devidamente cientificada do Relatório de Análise do Recurso Administrativo - Pregão Presencial nº 021/2010, protocolou petição em 20/05/2010, o qual requer a apresentação de documentação complementar em nome da Essencis Soluções Ambientais S.A.

Verifica-se do presente procedimento administrativo, a regularidade de habilitação técnica da empresa SLD INFORMÁTICA LTDA., tendo em vista a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica (fls. 153), em nome da Essencis Soluções Ambientais S.A., no qual indica a execução de serviço similar ao objeto da presente licitação, demonstrando a experiência e habilidade exigida pela Administração Pública.

Destaca-se ainda, que a empresa SLD INFORMÁTICA LTDA. apresentou em anexo as suas contra-razões de recurso, documentos de regularidade ambiental, os quais ratificam a habilidade e qualificação técnica real, ou seja qualificação esta efetiva, concreta e prática de execução do objeto licitado. Vejamos os documentos apresentados:

- Autorização nº 27477, expedida pelo Instituto Ambiental do Paraná, com validade de 23/03/2011, Protocolo nº 77689508, Autorizado Essencis Soluções Ambientais S.A., CNPJ sob o nº 402631700009030, o qual referencia a autorização para implantação dos equipamentos destinados à manufatura reversa de equipamentos eletro-eletrônicos pós-consumo, incluindo aparelhos de refrigeração, provenientes de diversas indústrias produtoras nas dependências da ESSENCIS SOLUÇÕES AMBIENTAIS.
- Cadastro Técnico Federal – Certificado de Regularidade, expedido pelo Ministério do Meio Ambiente, número de cadastro 4920947, o qual certifica e comprova a regularidade no Cadastro de Atividades Potencialmente Poluidoras da ESSENCIS SOLUÇÕES AMBIENTAIS.
- Ofício nº 36/2010/DIQUA, expedido pelo Ministério do Meio Ambiente, o qual indica esclarecimento sobre a natureza da terminologia “manufatura reversa”.

Deste modo, restando respeitados os limites legais e os princípios informadores da Administração Pública, e em defesa do indisponível interesse público, a argumentação expendida autoriza a manutenção da decisão de fls. 101/102, considerando a regularidade de habilitação técnica da empresa SLD INFORMÁTICA LTDA.



ANA LAURA LAGNER
Pregoeira